

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 24, n. 41, Dezembro de 2023

Acordo assinado entre o Ministério da Educação (MEC)
e o Leste Europeu durante a ditadura civil-militar
brasileira: um estudo por meio da cultura material
escolar.

Valéria Regina Zanetti
Universidade do Vale do Paraíba – SP.

Maria Aparecida Papali
Universidade do Vale do Paraíba – SP.

Maria Helena Alves da Silva
Universidade do Vale do Paraíba – SP.

Resumo

Este artigo, de caráter histórico-reflexivo, está apoiado na história política brasileira e na cultura material escolar, como forma de pensar o ensino superior no período civil-militar, fundamentando-se em seus artefatos. Tem-se por objetivo, com base na cultura material e nos estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), abordar as especificidades do convênio firmado, em 1968, entre o Ministério da Educação do Brasil e o Leste Europeu, em plena Guerra Fria, quando a América alinhava-se ideologicamente ao bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos. O estudo se valeu da análise de documentos históricos, como os convênios MEC/USAID e MEC/Leste Europeu (1967-1971), de notícias de jornais das décadas de 1960 e 1970 e dos estudos da área de Ciência, Tecnologia e Sociedade, permitindo aludir que, assim como os EUA forneceram as bases pedagógicas para a criação dos cursos de engenharia no Brasil, a montagem dos laboratórios de alguns cursos só foi possível com os acordos assinados entre o MEC e o Leste Europeu, de base ideologicamente socialista.

Palavras-chave: História; Convênio MEC/Leste Europeu; Cultura Material Escolar; Guerra Fria.

Agreement signed between the Ministry of Education (MEC) and Eastern Europe during the Brazilian civil-military dictatorship: a study through school material culture.

Valéria Regina Zanetti
Universidade do Vale do Paraíba – SP.

Maria Aparecida Papali
Universidade do Vale do Paraíba – SP.

Maria Helena Alves da Silva
Universidade do Vale do Paraíba – SP.

ABSTRACT

This article, of historical-reflexive character, is based on Brazilian political history and school material culture, as a way of thinking about college education in the civil-military period, based on its artifacts. Its objective is, based on material culture and studies of Science, Technology and Society (CTS), to address the specificities of the agreement signed in 1968 between the Ministry of Education of Brazil and Eastern Europe, in the middle of the Cold War, when America ideologically aligned itself with the capitalist bloc led by the United States. The study used the analysis of historical documents, such as the MEC/USAID and MEC/Eastern European agreements (1967-1971), newspaper news from the 1960s and 1970s and studies in the area of Science, Technology and Society, allowing us to allude that, just as the USA provided the pedagogical basis for the creation of engineering courses in Brazil, the assembly of laboratories of some courses was only possible with the agreements signed between the MEC and Eastern Europe, with an ideologically socialist base.

Keywords: MEC/Eastern European Agreement; School Material Culture; Cold War.

Introdução

São José dos Campos, sede da região metropolitana do Vale do Paraíba paulista e litoral norte, localiza-se a leste da capital do Estado. Conhecido por sua vocação na área da tecnologia, o município aloja importantes empresas, como Panasonic, Johnson & Johnson, Ericsson, Philips, General Motors (GM), Petrobras, Monsanto e Embraer. Possui também relevantes centros de ensino e pesquisa, tais como o antigo Centro Técnico Aeroespacial (CTA) – hoje Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) – o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Centro Nacional de Monitoramento de Desastres Naturais (Cemaden), o Instituto de Estudos Avançados (IEAv), o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), a Universidade Estadual Paulista (Unesp), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), a Faculdade de Tecnologia (Fatec), a Universidade do Vale do Paraíba (Univap), o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IP&D) e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). São José dos Campos destaca-se como importante tecnopolo de material bélico e metalúrgico. É sede do maior complexo aeroespacial da América Latina, sediando unidades de pesquisa de grandes empresas, como as fabricantes mundiais de aeronaves: Embraer, Boeing e Airbus.

O processo de industrialização do município tomou impulso a partir da instalação do ITA e do CTA, em 1950 e, posteriormente, do INPE, estimulado pelo advento da inauguração da Rodovia Presidente Dutra, que viabilizou o transporte de bens e serviços, e dinamizou o processo de urbanização na região. Na década de 1960, o município alinhava-se à política nacional desenvolvimentista, fundada na substituição de importações e orientada para crescimento do mercado interno e dos núcleos urbanos. Orquestrada pelo liberalismo tecnocrático, a política nacional da década de 1960 defendia a ação empresarial do Estado como forma de viabilizar o investimento estatal e o crescimento sustentado. O governo estava convicto de que não poderia haver crescimento sustentado sem mecanismos institucionais de formação.

A partir da década de 1960, as palavras “produção” e “produtividade” ganharam destaque no cenário nacional, sobretudo no campo educacional, condição para levar a cabo os projetos necessários ao desenvolvimento industrial. Nesse sentido, o sistema educacional passou a ser pensado para adequar-se a essa determinação; a educação tecnicista tornou-se condição indispensável para o avanço tecnológico do país e para a incorporação de grandes contingentes da população (recentemente migrada do campo) à vida social e política. Instituições educacionais públicas e privadas foram criadas para fornecer, ao Estado, a formação que o momento exigia. É proveniente desse contexto uma das primeiras faculdades privadas de engenharia da região do Vale do Paraíba paulista: a Faculdade de Engenharia do então Instituto de Estudos Valeparaibanos, atual Fundação Valeparaibana de Ensino, de São José dos Campos.

Busca-se analisar, neste artigo, não só a história da faculdade como também os planos de montagem de seus laboratórios, equipados, surpreendentemente, pelo bloco soviético, por meio dos convênios de internacionalização assinados no período da ditadura militar.

Sobre os acordos assinados no período da ditadura civil-militar, é amplamente discutido o Acordo

MEC-USAID de Assessoria para Modernização da Administração Universitária (acordo instituído pelos EUA e Brasil, a partir de 1966, para reformular, ampliar e adequar o ensino superior à realidade brasileira e solucionar também a crise pela qual passava a universidade), mas raramente se comenta sobre os acordos que o governo brasileiro assinou com o “tão temido” Leste Europeu “comunista”. Este artigo trata, mais especificamente, de analisar o Convênio MEC/Leste Europeu, firmado em 1968, com o bloco socialista em plena Guerra Fria, quando os militares se mostravam alinhados à tendência ideológica norte-americana. Por meio de acordos com os soviéticos, a Faculdade de Engenharia da Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE), mantenedora das suas faculdades isoladas em São José dos Campos, foi contemplada com equipamentos oriundos da Alemanha socialista. Por mais paradoxal que pareça, a tecnologia soviética foi importada para o Brasil, durante o período militar, para capacitar o país a se equiparar ao colossal representante do bloco capitalista.

Assim, o estudo foi desenvolvido por meio das condições materiais de funcionamento de uma das primeiras faculdades de engenharia do Vale do Paraíba, entendendo que as expressões da cultura material também enfatizam os aspectos simbólicos das atividades produtivas, “sendo fundamentais para a compreensão da materialidade do processo escolarizador e para a indagação da dinâmica escolar por meio da vivência material ou da discussão histórica das condições de trabalho e de estudo” (SILVA; SOUZA; CASTRO, 2018, p.18). Neste artigo, os objetos de estudo são os tempos, os espaços, as memórias e as experiências da educação profissional e tecnológica de uma das mais importantes instituições educacionais do Vale do Paraíba paulista. Por meio dessa história, tenta-se, ao mesmo tempo, reconstituir a trajetória da política educacional brasileira e das mudanças e tensões socioeconômicas de um tempo em que imperava o domínio ideológico das duas potências que protagonizavam o tenso cenário político da Guerra Fria.

As suas materialidades e representações, registros para a história cultural na perspectiva hermenêutica, possibilitaram a interpretação mediante a leitura dos signos que os objetos carregam, constituindo-se em campos de estudo de alto valor testemunhal para os historiadores da cultura empírica da escola. Esta é considerada por Agustín Escolano Benito (2018) como “práticas discursivas e elementos etnográficos que permitem a aproximação com a construção do patrimônio material da escola e com uma determinada arqueologia da educação, empírica e micro-histórica.” (BENITO, 2018, p. 71).

A pesquisa, de natureza histórico-reflexiva, fundamentou-se em documentos históricos, tais como convênios assinados na década de 1960 e 1970, registros de jornais de época, cartas de gestores da Universidade do Vale do Paraíba e relato de um professor fundador da faculdade. A análise dos jornais pautou-se na compreensão da imprensa não como mero veículo de informações, mas como instância subordinada às classes dominantes, caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos capazes de influenciar a vida política que se constitui instrumento essencial de politização e arregimentação de ideias (LUCA, 2008). Essa compreensão permeia toda a análise, sobretudo porque, em todos os convênios assinados no período militar, havia uma cláusula com idêntico teor, estabelecendo que as partes brasileiras do presente Convênio

“envidarão todos os esforços no sentido de divulgar o andamento e as realizações deste Projeto através dos jornais, rádio e outros meios de difusão, identificando-o especificamente como parte da Aliança Para o Progresso” (BRASIL, Convênios, s/p).

A pesquisa foi desenvolvida sob a perspectiva dos estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), cujo conhecimento é situado num contexto social específico e cuja objetividade passa a ser entendida como relativa, na medida em que é contextualizada, o que implica compreender os aspectos gerais do fenômeno científico-tecnológico. Ciência, Tecnologia e Sociedade configuram uma tríade que nos obriga a analisar suas relações recíprocas e dialéticas, a fim de colocar o processo técnico-científico no contexto social, com suas implicações político-ideológicas.

O artigo tem estreita ligação com a ciência a partir do surgimento de comunidades científico-tecnológicas contextualizadas provenientes das necessidades da sua população. Influenciado pela ideia de “progresso” promovida pelas revoluções industriais, o pensamento social passou a determinar que “os únicos meios confiáveis para o melhoramento da condição humana provêm das novas máquinas, substâncias químicas e as mais diversas técnicas” (BAZZO, 2003, p. 42). Nesse sentido, ciência, tecnologia e sociedade passam a ser conceitos importantes que evocam as certezas e incertezas da condição humana, cuja prevalência da tecnologia tem sido sempre elemento definidor dos seus valores.

O texto está dividido em quatro seções. Na primeira, foram abordados os convênios internacionais assinados no país durante o período militar, em plena Guerra Fria, como política de promoção da reforma educacional alinhada ao regime político brasileiro e à ideologia norte-americana. A segunda trata da educação e do desenvolvimento no município de São José dos Campos no contexto da Guerra Fria, binômio pelo qual os gestores públicos municipais se pautavam para atribuir o papel dos cursos universitários como propulsores do progresso regional, promovendo a importação da infraestrutura necessária para levar adiante o projeto desenvolvimentista. A terceira alude especificamente ao Acordo MEC/Leste europeu, assinado em 1967. Já a última seção discorre sobre a destinação dos equipamentos soviéticos adquiridos com o Convênio Leste Europeu na década de 1971. Por fim, as considerações apresentam os resultados da pesquisa.

Convênios internacionais na área da educação assinados pelo Brasil na década de 1960

A partir da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro passou a desejar a formação de um ensino superior de qualidade, condição vista como imprescindível para o desenvolvimento econômico (MATOS, 2017, p. 33). Em meados da década de 1950, a necessidade de desenvolvimento socioeconômico pela industrialização exigia a consolidação de um sistema de educação voltado para o desenvolvimento de tecnologias e fomento à pesquisa, o que causou, por sua vez, a internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil (MATOS, 2017, p. 33).

Em estudo comparativo sobre o desenvolvimento do ensino superior no Brasil e nos Estados Unidos,

Carvalho (2007) destacou a explosão de matrículas ocorridas nos EUA durante o período conhecido como “anos dourados do capitalismo”. Esse fenômeno chegaria ao Brasil quase duas décadas depois pelo processo de uma reforma universitária, coordenado pelo regime militar. Contudo, o estudo expõe que não é possível estabelecer uma relação entre quantidade e qualidade do ensino oferecido.

A partir de meados da década de 1950, o desenvolvimentismo, que já se havia propagado no país desde a Era Vargas, ganhou novo e decisivo impulso com a chegada de Juscelino Kubitschek (JK) ao poder, em 1956, um dos presidentes mais proeminentes a governar o país na experiência democrática dos anos 1946-1964. Kubitschek havia prometido acelerar o desenvolvimento econômico com a implantação de novas indústrias, tendo, como um dos sustentáculos de seu Plano de Metas, a integração da nacionalidade, prometendo realizar, em cinco anos, o que levaria cinquenta (MOREIRA, 2008). Quando assumiu o governo, JK procurou fincar as bases no nacional-desenvolvimentismo, entendendo-se que desenvolvimentismo, para a época, era praticamente sinônimo de industrialização, que, por sua vez, determinava a natureza e a proposta do ensino, sobretudo superior (MOREIRA, 2008).

Entre 1963 e 1967, o crescimento brasileiro caiu, acirrando os debates sobre o que fazer para se retornar aos índices anteriores. Os economistas chamados Estruturalistas ou Cepalinos, cujos maiores expoentes foram Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, acreditavam que o antigo modelo brasileiro, baseado na exportação de produtos primários tropicais, estava na origem de nossos maiores problemas relativos ao desenvolvimento (PRADO *et al.*, 2007). Segundo essa vertente, o Estado deveria agir para transformar a economia, contribuindo com a formação de um mercado interno. Para que isso fosse possível, políticas públicas deveriam ser adotadas para amenizar a imensa desigualdade social, característica histórica do país. De maneira diversa, encontravam-se os economistas liberais liderados por Eugênio Gudin e Octávio Bulhões. Esses teóricos consideravam que o liberalismo seria a saída mais interessante para o Brasil, sendo desnecessária a ação do Estado como mediador na economia (PRADO *et al.*, 2007). No entanto, em ambos os casos, tinha-se como certeza que a entrada do Brasil na industrialização moderna era etapa necessária para a superação do subdesenvolvimento.

O golpe civil-militar de 1964 sinalizou a vitória da estratégia econômica defendida pelos liberais, e amplos ajustes políticos e econômicos foram desencadeados para sustentar o que ficou conhecido, posteriormente, como “milagre brasileiro”. Todavia, para que tudo isso ocorresse, foi imprescindível a força da economia mundial, a qual havia crescido aceleradamente durante a década de 1960. De acordo com Argy (1981), “[...] entre 1961 e 1973, a economia norte-americana crescia a uma taxa média de 4,5% ao ano; o Japão, a uma taxa de 9,4%; a Alemanha, 4,3% e a Itália, 4,9%” (ARGY, 1981, p. 69). No plano doméstico, algumas medidas também foram adotadas para possibilitar a atração de investimentos externos, sendo uma delas a reformulação da Lei de Remessa de Lucros, adotada no Governo Castelo Branco. Contudo, as principais medidas ocorreram nos Governos Costa e Silva e Médici, conforme observado: “a liberalização dos fluxos de capitais criou condições para que firmas brasileiras pudessem integrar-se ao rápido crescimento da oferta de

crédito internacional.” (EARP, 2003, p. 10).

No plano das relações internacionais, algumas medidas também endossaram políticas que convergiam para os rumos desenvolvimentistas que o Brasil vinha tomando desde meados da década de 1950. A partir de 1961, com a chegada de João Goulart ao poder, o país opta por adotar uma política internacional independente, para além da bipolarização entre Estados Unidos e União Soviética. Em 1963, quando Jango assumiu o presidencialismo, o Brasil e a URSS firmaram diversos acordos de comércio, possibilitando o aumento do intercâmbio entre os dois países. Os acordos previam “a abertura de um escritório comercial brasileiro na URSS e uma representação comercial soviética no Brasil” (GARCIA, 2005, p. 101). Em setembro de 1965, já no governo militar, Roberto Campos, então ministro do Planejamento, realizou visita à União Soviética aplainando o terreno para a primeira reunião da Comissão Mista Brasil-URSS, ocorrida dois meses depois (GARCIA, 2005).

Em 1967, ascende ao poder o general Costa e Silva, indicando a vitória da chamada “linha dura” das Forças Armadas. Em discurso no Itamaraty, intitulado “Diplomacia da Prosperidade”, Costa e Silva enfatiza seu objetivo de desenvolver o Brasil, retomando em parte o ideário da Política Externa Independente, política defendida por Jango e que havia sido rechaçada por Castelo Branco (GARCIA, 2005). Dessa época em diante, mesmo nos governos militares, o país tornou-se mais aberto às políticas de cooperação internacional, possibilitando acordos que estimulassem o desenvolvimento nacional.

Educação e desenvolvimento no município de São José dos Campos no contexto da Guerra Fria

No período militar, o binômio educação e desenvolvimento fez parte da política de Estado. Especificamente na cidade de São José dos Campos, interior de São Paulo, a relação entre educação e desenvolvimento social e econômico já era noticiada há muito tempo pelo jornal de maior circulação, o *Correio Joseense*, que vigorou entre 1920 e 1967. Em comemoração ao 187º aniversário da cidade, no ano de 1954, Napoleão Monteiro, diretor do periódico, ressaltava que as diferentes fases da vida política e administrativa do município punham em evidência “a atual pujança e o progresso” do local na indústria, comércio, lavoura, pecuária e educação (CORREIO JOSEENSE, 1954, p. 118).

O município já tinha sido contemplado com a instalação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) na década de 1950 e passava a criar novas instituições de ensino básico e superior. As outras organizações educacionais citadas por Monteiro foram a Faculdade de Direito – criada em 1954 – os ginásios, os grupos escolares, a faculdade de Farmácia e Odontologia e a faculdade de Filosofia, que tinham sido autorizadas para funcionamento, mas que ainda demorariam anos para funcionar efetivamente. Dessa forma, até o final da década de 1950, São José dos Campos tinha quatro estabelecimentos de ensino superior, sendo que dois deles – a Faculdade de Farmácia e Odontologia e a Faculdade de Filosofia –

só passaram a funcionar em meados de 1960.

Em 1900, existiam 24 instituições de ensino superior no Brasil; entre 1945 e 1960, o país já contava com 223 (SAMPAIO, 1991). A descentralização do ensino superior pela Constituição da República passou a permitir a criação de instituições privadas, com ampliação e diversificação de oferecimentos de cursos. Para Sampaio (1991), esse sistema educacional passou a ser associado à modernização do Estado de São Paulo, resposta ao novo arranjo econômico e social, com ênfase na formação tecnológica. O presidente Jânio Quadros, em 1961, período de criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Vale do Paraíba, reforçou o papel dos cursos universitários como propulsores do progresso regional. Segue seu discurso:

Pude atender, finalmente, a aspiração de São José dos Campos: assinei o decreto que autoriza o funcionamento do curso Ciências Econômicas e Administrativas do Vale do Paraíba. Grande centro industrial, São José dos Campos caminha para completar sua organização universitária, a qual dará sentido e profundidade ao esforço geral de progresso de toda a região. Felicito o povo de São José dos Campos. E rejubilo-me por ter atendido a sua justa reivindicação (CORREIO JOSEENSE, 1961, p. 67).

Entre as décadas de 1940 e 1960, dobrou a população do município de São José dos Campos: de 36.279 habitantes passou para 77.533, o que impôs políticas de educação de ensino básico e, sobretudo superior, para acompanhar o crescimento da população e as demandas da formação (SOARES, 2007, p. 88). Em 1959, com o objetivo de instalar, manter e criar estabelecimentos de ensino de diferentes níveis no município de São José dos Campos, criou-se o Instituto Valeparaibano de Ensino (IVE), que, então, mantinha a Faculdade de Direito. Três anos depois, com o intuito de facilitar seus objetivos, o Instituto foi transformado na Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE), que atuaria como mantenedora das Faculdades de Direito (inaugurada em 1954) e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (criada em 1961).

Em 1967, foram adicionados os cursos de Ciências Sociais, História, Geografia, Letras e Pedagogia à FVE e, em 1968, os cursos de Engenharia Civil e Elétrica. Os dois últimos foram aprovados pelo Parecer 380/67 e autorizados para funcionamento pela Portaria 62.631/68, publicada no dia 30 de abril de 1968 (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1992). Diferentemente de outras cidades que tiveram dificuldades em implantar um curso de engenharia devido à divergência do cenário regional e à escassez de profissionais qualificados, a criação das faculdades de engenharias da FVE foi rápida pelo fácil acesso a profissionais da área, formados pelo ITA, que já atuavam nos diversos setores de engenharia.

O acordo entre o MEC e o Leste Europeu (1967 - 1971)

Os laboratórios da Faculdade de Engenharia da Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE) eram precários e exigiam a aquisição de equipamentos que foram, mais tarde, adquiridos por meio da parceria do Ministério da Educação e Cultura com o Leste Europeu, em especial, com a República Democrática Alemã (RDA). O convênio, chamado oficialmente de Acordo MEC/RDA, ficou popularmente conhecido como “Acordo MEC/Leste Europeu” e tinha como objetivo adquirir, da República Democrática Alemã e da República Popular da Hungria, equipamentos, máquinas, instrumentos de laboratórios, materiais e ferramentas que não eram produzidos pela indústria nacional (OLIVEIRA; GRANATO, 2014, p. 1).

Antes, porém, o Brasil havia celebrado, em 23 de junho de 1965, o Acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), um dentre vários outros convênios assinados durante o regime militar brasileiro com os EUA. O Acordo MEC/USAID foi realizado para o “planejamento a curto e a longo prazo do sistema do ensino superior, bem como aumentar a eficiência dos seus métodos de trabalho e de seus diversos programas coordenados, a fim de atender às necessidades educacionais presentes e futuras do Brasil nesse setor” (ALVES, 1968, p. 49). Pelo documento firmado, a finalidade do Convênio

[...] era promover meios que assegurassem assessoramento à Diretoria em estudo relacionado com a expansão e o aperfeiçoamento, a curto e a longo prazo, do sistema do ensino superior brasileiro através de processo de planejamento que torne possível a preparação e a execução, por parte das autoridades brasileiras, de programas com o objetivo de atender às crescentes necessidades desse setor (BRASIL, CONVÊNIO DE ASSESSORIA AO PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR, USAID/BRAZIL, 9 de maio de 1967).

O Artigo 4 do Convênio trata “das instalações adequadas de escritório, equipamento, material de consumo, telefone, secretárias bilíngues e demais assistência complementar, inclusive o pessoal necessário ao funcionamento efetivo do Grupo Permanente de Planejamento e de seus assessores” (BRASIL, Convênio de Assessoria do Planejamento do Ensino Superior, Usaid/Brazil, 9 de maio de 1967).

A Diretoria poderá também designar comissões constituídas de elementos dos quadros universitários, docentes, administrativos e discentes, bem como designar ou contratar grupos, entidades e organizações da comunidade, que julgar úteis ao conveniente estudo dos diversos problemas do ensino superior, e bem assim à revisão e à implantação dos planos propostos (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Convênio de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, USAID/BRAZIL, em 9 de maio de 1967).

Acordavam-se, então, os métodos a serem utilizados para auxiliarem na assistência às universidades selecionadas, desejosas de tomar medidas que introduzissem métodos e práticas modernos de administração para suas instituições. Isso incluía consultoria técnica para reforma administrativa; realização de uma série de seminários, a fim de estimular outras

[...] instituições interessadas a considerar a execução de programas semelhantes; cursos de curta duração, nos Estados Unidos, para treinamento e especialização de pessoal brasileiro necessário à avaliação, adaptação e instituição de novos processos e técnicas administrativas essenciais (SILVA, 1968, p. 34, 35).

Pelo Item III do Acordo MEC/USAID, que trata das Responsabilidades, o Ministério da Educação concordava em “coordenar a participação no Projeto de aproximadamente 18 universidades brasileiras, federais, estaduais ou particulares a serem selecionadas conjuntamente pelo Ministério e pela USAID” (SILVA, 1968, p. 35). É nesse contexto que entra a Fundação Valeparaibana de Ensino, mantenedora das faculdades isoladas, que, mais tarde, se tornaria a Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP).

¹Os planos tinham o objetivo de implantar o modelo norte-americano nas universidades brasileiras por

¹ A UNIVAP é uma universidade comunitária que não é pública nem estatal, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Nem tampouco pode-se caracterizar a universidade comunitária como uma instituição privada, que visa lucro. A universidade comunitária é uma instituição de ensino superior sem fins lucrativos que pertence a uma comunidade, ou seja, é uma instituição que tem a participação institucionalizada do poder público e de entidades representativas da sociedade civil nos órgãos colegiados com compromisso de adotar política de extensão universitária à comunidade que, inclusive, participa de sua gestão, por meio dos setores mais representativos a que se deve, inclusive, prestar contas (AQUINO, 2019).

meio de uma profunda reforma universitária. Segundo os estudiosos, pelo Acordo MEC/USAID, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. Além disso, visava à contratação de assessores americanos para auxiliar as reformas da educação pública em todos os níveis de ensino (MENEZES; SANTOS, 2001, s/p).

De acordo com as teorias da modernização elaboradas por cientistas sociais americanos, pautadas nos conceitos de moderno, modernização, modernidade e desenvolvimento, a melhor maneira de vencer o desafio revolucionário seria modernizar os países “atrasados”, considerados presas fáceis do inimigo comunista. A educação passou, então, a ser um dos setores prioritários da pauta modernizadora, por seus efeitos multiplicadores e, sobretudo, por incutir valores (MOTTA, 2014).

A modernização nos países pobres, segundo esses cientistas sociais americanos, deveria ir além do progresso econômico e do desenvolvimento. As mudanças também deveriam ser políticas e culturais, que trouxessem, em seu bojo, a democracia, característica da verdadeira modernidade, com o propósito de reforçar uma ideologia que competisse com os projetos revolucionários, principalmente o marxismo (MOTTA, 2014). É com esse intuito que se entende

[..] o papel central conferido pelas agências do governo americano – com destaque na Usaid, mas também em instituições privadas, como as fundações Ford e Rockefeller – à modernização das instituições educacionais brasileiras. Nesse setor foram investidos vultosos recursos, parcela significativa do dinheiro doado ou emprestado pela Usaid ao Brasil entre 1961 e 1974. Escolas e universidades eram o lócus de treinamento de mão de obra qualificada e de líderes, mas também espaço fundamental para o debate de ideias e a formação de opinião. Daí decorria o interesse em firmar os acordos MEC-Usaid que tanto celeuma iriam causar no Brasil (MOTTA, 2014, p. 10).

Entre o binômio modernização e autoritarismo, este último foi a opção política nas disputas com a esquerda revolucionária. Nesse sentido, o governo militar serviu de aporte do imperialismo norte-americano, demonstrando as ambiguidades do regime que oscilava entre um governo abertamente ditatorial e outro que respeitava as instituições liberais, ao destacar a ideologia do desenvolvimento por meio da modernização autoritária. Agentes do Estado e seus apoiadores, contrários aos movimentos e à propagação dos valores esquerdistas, que tinham a grande participação do ambiente universitário, intervinham nas reitorias, valendo-se de procedimentos inquisitoriais e de expurgo. Ansioso por uma “limpeza ideológica”, o governo militar bloqueou a livre circulação de ideias e de textos, e instalou mecanismos para vigiar a comunidade universitária (MOTTA, 2014). Os Acordos MEC/USAID, que visavam à “modernização” política da estrutura educacional, acabaram por instigar os movimentos estudantis a se posicionarem contra a privatização do ensino. Em 1968, momento de recrudescimento do poder militar, os movimentos estudantis e os grupos de intelectuais que se opunham aos convênios foram postos na clandestinidade depois da criação do Grupo de Trabalho, encarregado de estudar a reforma educacional (MENEZES; SANTOS, 2001).

Por acreditar que os acordos provocariam descontentamentos, os militares os mantiveram sob sigilo, sobretudo por conta dos opositores, certos de que as universidades federais se transformariam em fundações particulares, dependentes, por sua vez, do interesse direto e imediato do poder econômico norte-americano

(ALVES, 1968, p. 22-23). Em sua maioria estrangeiras, as grandes indústrias seriam a única fonte de financiamento para as fundações que dominariam o ensino superior brasileiro e o moldariam de acordo com seus interesses (ALVES, 1968, p. 25). A transformação das universidades brasileiras em fundações seria, na visão dos opositores, a condenação definitiva do Brasil ao subdesenvolvimento, uma vez que as fundações, financiadas pelo capital estrangeiro, não investiriam em pesquisas autônomas e importariam ciência e tecnologia de seus países de origem.

Resta, portanto, refletir sobre os acordos firmados pelo Ministério da Educação com países socialistas, como a Polônia, a Tcheco-Eslováquia, a Hungria e a União Soviética, referentes a compras de máquinas ou de laboratórios, em plena Guerra Fria, momento em que o Brasil sofria grande poder de influência dos EUA. Alves (1968), tentando explicar esses acordos estabelecidos com o Leste Europeu, esclarece que um planejamento não pode deixar de ter uma ideologia, porém, não é o caso de máquinas e laboratórios. Assim, a importação desses equipamentos não condiciona o futuro de um país (ALVES, 1968, p. 24). Já a importação de um planejamento ideológico

[...] não apenas condiciona, como determina esse futuro. Os acordos com os países socialistas são para a compra de coisas. Os acordos com os Estados Unidos são para a venda de gente. (...) Passando aos exemplos concretos: o Ministério da Educação firmou com a KOVO, da República Socialista da Tcheco-Eslováquia, um acordo para a compra de equipamentos destinados aos estabelecimentos de ensino industrial (ALVES, 1968, p. 27, 28).

Desse modo, cabe esclarecer o que vem a ser ideologia. Ideologia, na concepção de Karl Mannheim (2016), significa um determinado conhecimento sobre algo, um sistema de pensamento integrado, construído a partir de experiências. Trata-se da construção de um ponto de referência pelo qual concepções de mundo são rotuladas e refletem a ordem social dominante. São, por sua vez, pensamentos que se transformam em instrumentos de ação coletiva na esfera pública, em especial no campo da ação política (MANNHEIM, 2016). A ideologia é composta de reflexões socialmente construídas e sustentadas que servem aos indivíduos para a compreensão do mundo em que vivem. Essas reflexões podem conduzi-los no sentido de fazer com que acreditem e lutem pela permanência deste mundo como o compreendem. Nessa perspectiva, o pensamento não é somente o fruto da reflexão contemplativa, mas também fruto de um agir social que sempre se dispõe “com os outros” ou “contra os outros”, ou seja, para reforçar um quadro de pensamento, questiona-se a estrutura de pensamento do outro grupo, o “opositor” MANNHEIM (2016). É nesse sentido que se entende a divisão ideológica do mundo em dois blocos antagônicos e o alinhamento político-ideológico dos países que construíram referências para se opor ou alinhar aos modelos que mais os convinham.

No entanto, um grande problema – e o mais imediato para a pesquisa no Brasil – consistia em levar o sistema conceitual ideológico a cabo e ajustá-lo à realidade empírica do país. Isso implicava um contato mais próximo com os dois modelos político-ideológicos liderados pelos EUA e Leste Europeu. É o que constata Alves (1968) ao ressaltar que, na concepção dos militares, os acordos estabelecidos com o bloco socialista eram “meras operações comerciais realizadas com países que ofereciam condições mais vantajosas de prazos e de juros, independente do seu viés político-ideológico” (ALVES, 1968, p. 29-30). É nessa conjuntura que a

Fundação Valeparaibana de Ensino de São José dos Campos aparece como beneficiária de equipamentos e investimentos dos acordos internacionais. Isso se dava ao fato de que os convênios beneficiariam as escolas que estavam situadas em áreas desenvolvidas ou em desenvolvimento e os cursos técnicos de algumas cidades, dentre elas, São José dos Campos, no estado de São Paulo (BRASIL, 1967).

Dado o papel da intervenção do regime militar no ensino superior, o Acordo do MEC era controverso aos programas de governo anticomunista. Os agentes de repressão da ditadura encontravam desafios e limites no complexo regime militar brasileiro, que tinha uma caracterização modernizadora e autoritária. Os líderes da ditadura desejavam combater a esquerda e, ao mesmo tempo, buscavam modernizar as instituições acadêmicas e universitárias. Para isso, recebiam investimentos financeiros e verbas para a pesquisa e a instalação de laboratórios. Essa modernização ocasionava, muitas vezes, na contratação de professores com valores de esquerda ou relações e laços diplomáticos e culturais com países socialistas ou de área de influência soviética (MOTTA, 2012). Dessa forma, havia razões pragmáticas para fundamentar a ambiguidade do governo brasileiro e sua diplomacia “em direção ao leste”. Apesar da supervisão constante do Itamaraty, mostras culturais continuaram a ocorrer e alunos que faziam intercâmbios para nações socialistas persistiram. E, embora houvesse reclamações, não foram tomadas medidas explícitas de proibição (MOTTA, 2012).

O regime militar deu um grande impulso na privatização do ensino superior, tendo como mote o desenvolvimento econômico e cultural do país. Em 14 de setembro de 1967, o diretor da Faculdade de Engenharia de São José dos Campos recebeu do então Ministro da Educação e Cultura, Paulo de Tarso de Moraes Dutra, uma carta comunicando a realização dos contratos com as Repúblicas da Alemanha e da Hungria:

Êsses contratos são parte do plano geral de reforma e reequipamento das escolas brasileiras, visando à preparação de profissionais de nível superior, necessários ao desenvolvimento econômico e social do país [...]. Decidiu este Ministério que a Faculdade de Engenharia de São José dos Campos deverá ser beneficiada com a aquisição do equipamento de que tratam os referidos contratos. Assim, poderá Vossa Senhoria, depois dos estudos necessários, encaminhar a este Ministério, para efeito de lavratura dos contratos aditivos, os pedidos de todo material que julgar de interesse dessa Faculdade (DUTRA, 1967, *sic*).

Esse acordo foi oficializado pelo Decreto-Lei nº 861 de 11 de setembro de 1969, que autorizou a “contratação de empréstimos externos, no valor global equivalente a US\$ 30.000.000,00 em moeda-convênio, para aquisição de equipamentos e materiais de ensino na República Democrática Alemã e República Popular da Hungria” (BRASIL, DECRETO-LEI nº 861, 1969). De acordo com o Artigo 1º do Decreto, o Poder Executivo, por meio do Ministério da Fazenda, estava autorizado a contratar,

[...] em nome da União, empréstimos externos, nos valores de US\$ RDA 20,000,000.00 e US\$ Hung 10,000,000.00 com as firmas Feinmechanik Optik, da República Democrática Alemã, e Metrimex Hungarian Trading Company for Instruments, da República Popular da Hungria, respectivamente, para aquisição de equipamentos e materiais vinculados a projetos do Ministério da Educação e Cultura relativos a reequipamento de Universidades e Estabelecimentos isolados de Ensino Superior (BRASIL, Decreto-Lei nº 861, 1969).

Essa ação para reequipar as instituições de ensino superior brasileiro ia ao encontro do plano de ação de governo, conforme anunciado em 15 de março de 1964, que previa providências pelo Poder Executivo para democratizar o ensino e adequar o sistema educacional brasileiro às exigências de desenvolvimento do país,

promovendo programas de construção e reequipamento das instituições de ensino (LOBO, 2018).

Em dezembro de 1969, Gabriel Felisberto de Oliveira Freire, diretor da Faculdade de Engenharia, escreveu, para o então presidente da Fundação Valeparaibana de Ensino, Ernesto Basile, sobre as obras necessárias para o recebimento dos materiais do MEC:

O pavilhão que abrigará as máquinas operatrizes e que constituirá a oficina mecânica não está ainda concluído, neste final de ano. Caixas e máquinas continuam, portanto, expostas ao tempo, sem uma proteção conveniente, sendo provável a inutilização pela umidade e corrosão de peças e máquinas acarretando prejuízo considerável à Fundação (FREIRE, 1969).

Em 1971, durante a visita da Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior (MEC/CEPES) à Faculdade de Engenharia de São José dos Campos, a Fundação Valeparaibana de Ensino firmou um contrato de cessão desses materiais por tempo indeterminado. Pelo contrato, o MEC/CEPES cederia o material por um período indefinido, enquanto a “Beneficiada” (FVE) providenciaria os recursos financeiros para instalação e conservação permanente do material. No entanto, a segunda e a terceira cláusulas do contrato tornaram-se problemáticas: a “Beneficiada” seria responsável pelas despesas de “frete, seguro, taxas aduaneiras e quaisquer outras necessárias à liberação dos equipamentos a partir do pôrto (*sic*) de origem” e ficaria também com a responsabilidade direta de “fiscalizar e controlar a montagem e instalação do material”, que seria feita pela *Finnechanik-Optik* ou seus representantes credenciados (BRASIL, Contrato MEC/CEPES, 1971).

Destino dos equipamentos do Convênio Leste Europeu em 1971

Não foram encontrados documentos que tratam da resolução dos problemas de estruturação para o recebimento do material adquirido pelo Convênio Leste Europeu, mas foi possível descobrir que alguns dos equipamentos não permaneceram na Fundação Valeparaibana de Ensino. Em 1971, a FVE recebeu, de Jarbas Gonçalves Passarinho, Ministro da Educação e Cultura, a recomendação de que fossem cedidas, à Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) e ao Centro Técnico Aeroespacial (CTA), uma broqueadora e uma fresadora, que se encontravam na Fundação e que haviam sido destinadas à Faculdade de Engenharia de São José dos Campos. A entrega do material deveria ser efetivada tão logo fosse assinado o convênio com aquela empresa. Clemente Fagundes Gomes, presidente da FVE, replicou que os equipamentos estavam localizados na praça Cândido Dias Castejón, na Faculdade de Direito, à disposição da EMBRAER, e que desejava “manifestar a V.S. o grande interêsse (*sic*) desta Fundação em que a Faculdade de Engenharia seja contemplada com outros equipamentos.” (GOMES, 1971).

A criação do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e a do IPD (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento), localizados em São José dos Campos, era considerada pelos militares brasileiros como sendo de importância fundamental para o sucesso da Indústria Aeronáutica Brasileira, sobretudo com a criação da EMBRAER em 1969 (OLIVEIRA, 2004, p. 1). Como observa Oliveira (2004), o governo brasileiro reconhecia a necessidade da pesquisa científica e, no caso da aeronáutica, tinha como objetivo “elevar a

tecnologia brasileira ao nível das nações mais avançadas” (OLIVEIRA, 2004, p. 3), o que explicou o redirecionamento dos equipamentos da Faculdade para a EMBRAER e para o CTA.

Alguns anos depois, em 1976, os equipamentos doados voltaram a ser notícia. O jornal ValeParaibano, de 26 de maio, noticiou que diversos equipamentos provenientes do Convênio estavam sendo transportados em um caminhão, em São José dos Campos, e distribuídos pelo MEC para outras escolas de nível superior e técnico, provocando grande comoção na cidade. De acordo com João Hernandez, diretor da Faculdade de Engenharia na época, uma vez que os equipamentos do convênio foram cedidos em comodato, eles continuavam sendo de propriedade do Ministério de Educação e Cultura. Para uns, houve falhas na distribuição dos equipamentos, pois alegava-se que algumas escolas receberam quantidade excessivas para a capacidade e para a natureza do curso ministrado. Para acertar o erro, o MEC, por intermédio do PREMESU, passou a redistribuir o equipamento.

De fato, três meses antes, em fevereiro, havia sido divulgado no Jornal Agora, de São José dos Campos, um edital de comissão de alienação de máquinas de grande porte pelo PREMESU, com julgamento na Escola Paulista de Medicina, em São Paulo, de equipamentos que estavam expostos na Faculdade de Engenharia. De acordo com o vereador Fauza Métene, líder do partido da Arena na Câmara Municipal de São José dos Campos, os equipamentos da Faculdade que foram transferidos tiveram como motivo as “precárias condições dos locais onde estavam depositados, favorecendo até mesmo a sua deterioração.” (MÉTENE, 1976). Diante disso, a decisão foi devolver os materiais ao Ministério da Educação (MEC), que se comprometeu a realocar os itens que não eram de interesse específico da escola. Além disso, foi prometido um crédito especial para o fornecimento de materiais destinados exclusivamente ao curso da FVE (MÉTENE, 1976). No ano seguinte, o vereador Carlos Alberto Bastos, líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apresentou em 18 de abril, na Câmara Municipal de São José dos Campos, um pedido para instauração de uma sindicância ou inquérito na Fundação Valeparaibana de Ensino. Entre os pontos citados, dois deles eram referentes à Faculdade de Engenharia. Um fazia referência a equipamentos recebidos do Ministério da Educação e Cultura, no valor de trinta milhões de cruzeiros. O outro ponto falava da “defesa do patrimônio da Faculdade de Engenharia e Arquitetura, tendo em vista a espoliação daquele patrimônio” (BASTOS, 1977). Em resposta a Bastos, o interventor da FVE, José Carvalho de Florence, informou, ao Jornal Agora, que as acusações feitas tinham “inexistência de fundamentos” (FLORENCE, 1977).

Certamente, a cultura material escolar, produto dos acordos com o Leste Socialista, incomodava setores hegemônicos do município de São José dos Campos, que se tornou, por conta da sua localização geográfica, uma importante sede da organização militar e instituição científica e tecnológica do Comando da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira. A simbologia que o equipamento soviético carregava sequer permitiria iniciativas de patrimonialização dos bens educativos e da musealização desse patrimônio, por carregar a história de uma relação comprometedora do ponto de vista ideológico. A própria existência dos bens materiais ressaltava os pressupostos que cotejavam a ambígua história de nosso processo de modernização da educação, segundo

preceitos autoritários.

Considerações finais

A Faculdade de Engenharia de São José dos Campos, idealizada por professores do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), assim como muitas universidades públicas, beneficiou-se do Acordo MEC/Leste Europeu. Por mais opostas que as ideologias pareçam, o governo brasileiro, em pleno contexto da divisão do mundo em blocos e sistemas político-econômicos antagônicos, liderados, de um lado, pelos EUA e, de outro, pela União Soviética, favoreceu-se dos equipamentos da República Democrática Alemã, mostrando que a cortina de ferro, pelo menos no quesito da importação de equipamentos, não era tão radical como se pensava. No entanto, parte da história da Faculdade de Engenharia atrelada ao Convênio MEC/Leste Europeu foi silenciada. Adormecida nos papéis, amarelecidos pelo tempo, a memória trouxe à tona uma história que poucos conhecem. O patrimônio material, feito monumento, elucidou caminhos nem sempre vigorosos de um tempo memorável, do ponto de vista das incoerências ideológicas. O destino incerto que deram aos equipamentos dos Acordos MEC/Leste Europeu, enviados para a Faculdade de Educação da Univap, talvez seja uma tentativa de apagamento de uma memória traumática que se quer esquecer. No entanto, outras instituições que receberam os equipamentos do MEC optaram por preservá-los. Notavelmente, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, alguns dos equipamentos foram destinados à criação de um Observatório e hoje fazem parte de uma coleção exposta em diferentes locais dentro do Observatório Valongo e no térreo do prédio da Luneta Pazos.

É possível afirmar que, além da competência administrativa e das orientações dos planos pedagógicos norte-americanos, os equipamentos cedidos pelo MEC à Faculdade de Engenharia da Fundação Valeparaibana também repercutiram positivamente na estruturação da faculdade e do curso de Engenharia em São José dos Campos, condição *sine qua non* para o oferecimento de cursos com viés tecnológico. Os dados de alunos egressos dessa faculdade, a partir de então, e a influência que o curso de Engenharia teve na criação de futuros cursos técnicos em Eletrônica (1972), mantidos pela Fundação, foram e são critérios básicos para a manutenção deles.

Assim como o Convênio MEC/USAID, o Acordo MEC/Leste Europeu alimentou o desejo brasileiro de alcançar o desenvolvimento socioeconômico pela industrialização. A política de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES), no país, exigia a consolidação de um sistema educacional voltado para o desenvolvimento de tecnologias e fomento à pesquisa, o que foi feito graças à promoção e à ingerência dos modelos de ensino norte-americanos no sistema de educação brasileiro.

Pode-se dizer, então, que, se por um lado a ideologia norte-americana se afirmava, dentre outras coisas, por meio das reformulações no sistema de ensino, por outro, os equipamentos dos países do Leste Europeu, de referência socialista e de códigos indiciários de um passado intimidador, deram condições materiais para a

consolidação dos projetos desenvolvimentistas brasileiros, oferecendo condições mais vantajosas de prazos e juros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Fernandes de. **Relatório sobre organização e testes dos materiais eletrônicos e elétricos**. UNIVAP, 1969.

ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

AQUINO, Luiz Carlos Andrade de. Pensando a Universidade Comunitária na perspectiva da Dialética Negativa de Theodor W. Adorno. **Revista Devir Educação**, Lavras, vol.3, n.1, p.62-75, jan./jun. 2019. Disponível em <http://devirededucacao.ded.ufla.br>. Acesso em: 08 abril de 2020.

ARGY, Victor. **The Postwar International Money Crisis: an analysis**. London: George Allen and Unwin, 1981.

BASTOS, Carlos Alberto. O interventor tem coisas importantes para fazer: entre elas, desmentir as acusações que são feitas à FVE. **AGORA**. 20/04/1977.

BAZZO, Walter Antonio. Ciência, Tecnologia e Sociedade e o contexto da educação tecnológica. **Organização de estudos ibero-americanos para a ciência, a educação e a cultura**. 2003. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/salactsi/bazzo03.htm>. Acesso em: 22 nov. 2018.

BENITO, Agustín Escolano. Etno-história e cultura material da escola: a educação nas exposições universais. In: SILVA, Vera Gaspar da; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (Orgs). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream>. Acesso em: 02 de abril de 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 22 nov. 2018.

BRASIL. Convênio de Assessoria para Modernização da Administração Universitária, de 30 de junho de 1966. In: ALVES, Marcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_beaba_mec_usaid.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 861, de 11 de setembro de 1969**. Revogado pelo Decreto nº 2.181, de 20.3.1997. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-861-11-setembro-1969-375441-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Convênio de Assessoria a Planejamento ao Ensino Superior, USAID/BRAZIL. 9 de maio de 1967. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/126962878/Me-000642>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação, 1992. Disponível em: <https://www.univap.br/arquivo/Cria%C3%A7%C3%A3o%20das%20primeiras%20Faculdades.pdf?AID=1094>. Acesso em: 03 dez. 2018.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Estudo comparado sobre a expansão do ensino superior: Brasil e Estados Unidos. **Análisis global y estudios de casos**. López Segre, Francisco. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Noviembre. 2007.

CORREIO JOSEENSE. 1954. Disponível em: <http://www.camarasjc.sp.gov.br>. Acesso em: 01 Fev. 2017.

CORREIO JOSEENSE, 1961. Disponível em: <http://www.camarasjc.sp.gov.br/>. Acesso em: 01 dez. 2018.

CUNHA, Luiz Antônio; DE GOES, Moacyr; CUNHA, Luiz Antonio. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

DUTRA, Paulo de Tarso de Moraes. **Carta comunicando a realização dos contratos com as Repúblicas da Alemanha e da Hungria**. Ministério da Educação e Cultura, 1967.

EARP, Fabio Sá; PRADO, Luiz Carlos. **O “milagre” brasileiro crescimento acelerado**. Integração Internacional e Distribuição de Renda 1967-1973. O Brasil republicano, v. 4, 2003. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/milagre_brasileiro.pdf. Acesso em: 03 dez. 2018.

FLORENCE, José Carvalho de. **AGORA**, 20/04/1977.

FREIRE, Gabriel Felisberto de Oliveira. Acordo MEC/Leste Europeu. In: **Valeparaibano**, 26/03/1976.

_____. **Sobre a relação dos materiais destinados à faculdade que se encontravam no Porto de Santos** (Carta endereçada ao Presidente da Fundação Valeparaibana de Ensino, Clemente Fagundes Gomes). UNIVAP, 1971.

_____. **Obras necessárias para o recebimento dos materiais do MEC**. (Carta endereçada ao presidente da Fundação Valeparaibana de Ensino, Ernesto Basile). UNIVAP, 1969.

FVE. Jubileu de Ouro. São José dos Campos: Magno Studio, 2013.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais**. (Arquivo de Referência) Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GOMES, Clemente Fagundes. **Manifestação de interesse endereçada à Embraer**. UNIVAP, 1971.

INSINGER, Irlan Von; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale; BAZZO, Walter A. Introdução aos estudos CTS. **Cadernos de Ibero-América** (ciência, tecnologia e sociedade). Organização de estudos ibero-americanos para a educação, a ciência e a cultura (OEI). 2003.

JORNAL AGORA. A Arena quer resolver um problema: Faculdade de Engenharia. E anuncia projeto para a escola. 26/03/1976.

JORNAL AGORA. Carlos Alberto Bastos quer inquérito na Fundação. 19/04/1977.

JORNAL AGORA. Ministério da Educação e Cultura. PREMESU - Programa de Expansão e Melhoramento das instalações do ensino superior. 21/02/1976.

LOBO, Francisco José Neto. Educação-reforma de base: cinquentenário de uma proposta golpeada. **Revista Trabalho Necessário**, v. 12, n. 18, 2018.

LUCA, Tânia R. de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MANNHEIM, Karl. A mentalidade utópica. In: SOUSA, Cidoval Moraes de (org). **Um convite à utopia**. Campina Grande: EDUEPB, 2016, v. 1, p. 47-134.

MATOS, Marília Isabela Cardoso. **Cooperação internacional e ensino superior brasileiro**: um estudo de caso sobre parcerias internacionais no Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina. 2017. Monografia (Curso de Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete MEC/USAID. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/mec-usaid/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

MÉTENE, Fauza. **AGORA**, 26/03/1976.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Historia y problemas del siglo XX**, 2p. 133, 2012.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. Do ITA à EMBRAER: a idéia de progresso dos militares brasileiros para a indústria aeronáutica. **Anais do XVII Encontro Regional de História**. O Lugar da História, 2004.

PAGANI, Clóvis (coord.). Faculdade de Direito no início da década de 1960. In: **50 Anos da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos UNESP 1960-2010**. Imprensa Oficial, 2010.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs). **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro**. São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho 8, 1991.

SILVA, Vera Gaspar da; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (Orgs). **Cultura material escolar em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: EDUFES, 2018. Disponível em: <https://www.edufma.ufma.br>. Acesso em: 02 de abril de 2020.

SOARES, Luiz Laerte. **Transformações urbanas em São José dos Campos no período do estado novo**. São José dos Campos: UNIVAP, 2007. Dissertação (apresentada ao programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos. 2007.

VALEPARAIBANO. Faculdade de Engenharia justifica saída de equipamentos. 26/05/1976.